

INVASÃO DA ESTRUTURAL

Deputados defendem regularização. Projeto de lei será submetido à Secretaria de Habitação e Urbanismo, antes da votação. Procurador ameaça entrar com ação civil pública se proposta for aprovada

Briga na Justiça

André Garcia e
Paola Lima
Da equipe do **Correio**

O Ministério Público Federal recorrerá à Justiça, se for necessário, para barrar a nova tentativa do deputado distrital José Edmar (PMDB) de regularizar a invasão da Estrutural. O procurador da República Alexandre Camanho, da Promotoria de Defesa do Patrimônio e Meio Ambiente, disse ontem que ajuizará ação civil pública contra o projeto de lei que fixa os invasores na área, caso ele seja aprovado pela Câmara Legislativa e sancionado pelo governador Joaquim Roriz.

A proposta apresentada por José Edmar, prevista para ser votada na quarta-feira da próxima semana, permite a permanência dos invasores que morem na Estrutural há pelo menos cinco anos e não sejam proprietários de outros terrenos no Distrito Federal. A justificativa do distrital para apresentar o terceiro projeto de regularização da Estrutural em seis anos é a possibilidade de legalização de invasões em áreas públicas prevista no Estatuto da Cidade, lei sancionada em junho deste ano pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para o procurador Alexandre Camanho, no entanto, os danos ambientais que a fixação das quase cinco mil famílias provocará na área e a falta de condições mínimas para habitação no local inviabilizam a criação de um assentamento. "É impraticável regularizar a Estrutural", disse ele, enumerando os inconvenientes. "A invasão está próxima do *Lixão*, em cima de um gasoduto, ao lado do Parque Nacional de Brasília. Definitivamente, não é uma área com perfil para moradia e adensamento populacional."

Entre os aspectos técnicos que impedem o assentamento definitivo dos invasores, Camanho destaca a falta de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) recente que aponte a viabilidade de criação de uma área residencial no local. "Não é uma lei distrital que definirá se pode ou não haver um assentamento. Se uma autoridade do GDF der licença para instalação do assentamento sem um estudo ambiental prévio, será responsabilizado na Justiça por isso", afirmou. Além do Ministério Público, ambientalistas, especialistas em urbanismo e até empresários estão mobilizados contra o projeto de regularização da Estrutural.

Adauto Cruz 16.12.00



PROCURADOR DIZ QUE ÁREA NÃO TEM PERFIL PARA MORADIA: INVASÃO ESTÁ PERTO DO LIXÃO, EM CIMA DE UM GASODUTO, AO LADO DO PARQUE NACIONAL

Governo vai analisar proposta

O secretário-executivo do Fórum das ONGs Ambientalistas do DF e Entorno, César Vitor do Espírito Santo, quer realizar um ato público contra a proposta. "Não há diferença entre esse projeto e os outros que foram vetados", reclamou. Ele se referia a dois projetos anteriores de José Edmar, aprovados na Câmara e depois vetados. Uma vez por Cristovam Buarque, em 1995, e outra por Joaquim Roriz, em 1999.

Para o presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal (Fecomércio), Adelmir Santana, a Estrutural não tem condições de abrigar um assentamento. "É um assunto muito sério que deveria ser tratado de forma técnica." Santana defende o uso da área para ampliação do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA).

O presidente da Câmara, Gim Argello (PMDB), anunciou ontem que encaminhará o projeto para análise da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. "Se houver uma resposta favorável até a semana que vem, ele será votado." A secretária Ivelise Longhi não foi localizada para comentar a proposta. Na segunda-feira, porém, ela admitiu a necessidade de realizar um novo estudo ambiental antes de se tentar regularizar a Estrutural.

O QUE PENSAM OS DEPUTADOS

A Estrutural deve ser regularizada?

A FAVOR (*)

- Alirio Neto (PPS)
- Aguinaldo de Jesus (PSDB)
- Benício Tavares (PTB)
- Carlos Xavier (PSD)
- Gim Argello (PMDB)
- José Edmar (PMDB)
- José Tatiko (PSD)
- José Rajão (PSDB)
- João Carlos Medeiros (PPB)
- João de Deus (PPB)
- Leonardo Prudente (PMDB)
- Lúcia Carvalho (PT)
- Maria José Maninha (PT)
- Nijed Zakhour (PMDB)

CONDIÇÕES

Se depender da Câmara Legislativa, a invasão da Estrutural será regularizada. A maioria dos deputados distritais acredita que não é mais possível retirar os invasores do local. E que a única saída viável é legalizar a área, mas seguindo critérios rigorosos de adensamento urbano e preservação do meio ambiente.

- Paulo Tadeu (PT)
- Sílvio Linhares (PMDB)
- Wilson Lima (PSD)

CONTRA

- Chico Floresta (PT)
- César Lacerda (PTB)
- Renato Rainha (PL)
- Rodrigo Rollemberg (PSB)
- Wasny de Roure (PT)

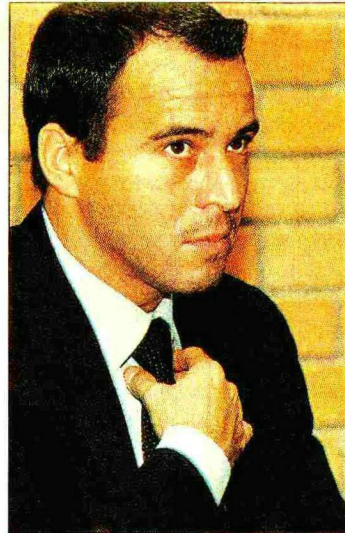
INDECISOS

- Anilcéia Machado (PSDB)
- Jorge Cauhy (PMDB)

(*) COM CRITÉRIOS, RESSALVAM OS DEPUTADOS

"Aquele povo já está assentado. O que o governo tem de fazer agora é criar as condições necessárias para que não se causem mais danos ao meio ambiente", argumenta a deputada Maria José Maninha (PT). Além dos cuidados ambientais, os deputados exigem também que, ao permitir a ocupação da Estrutural, se respeite a lista de interessados em lotes do GDF. "Não é justo per-

Antonio Siqueira 20.9.00



CAMANHO AMEAÇA ACIONAR A JUSTIÇA: "PROJETO É INVIÁVEL"

mitir a permanência de invasores recentes do local, no lugar de outras pessoas que esperam há anos por moradia", alerta João de Deus (PPB).

Os distritais querem ainda estudos de impacto ambiental e planos de urbanização da área. "Temos de delimitar a área possível de ser ocupada", diz Lúcia Carvalho (PT). "E precisamos ainda definir lotes para equipamentos públicos e garantir a infra-estrutura do local", completa Wilson Lima (PSD). (A.G. e P.L.)

ARTIGO

TRANSFERIR É A SOLUÇÃO

Alberto de Faria

O urbanismo preconiza que a definição de políticas públicas de ordenamento territorial deve ser apoiada em estudos técnicos de planejamento urbano, considerando as demandas de habitação e transporte público, as condições locais de infraestrutura (suprimento de água potável, esgotamento sanitário e fornecimento de energia elétrica) e as questões ambientais.

A engenharia, em seu mais amplo sentido (abrangendo, inclusive a agronomia, a arquitetura e o urbanismo) pode ser definida como a ciência e a técnica de alterar a natureza em benefício do homem inserido na coletividade, respeitando, porém, o meio ambiente. A consideração ambiental é fundamental, pois representa a garantia da boa qualidade de vida das gerações futuras. Obra que degrada o meio em que vivemos não é engenharia!

Assim, no caso específico da invasão da Estrutural, a discussão sobre a correta localização de uma área capaz de abrigar os seus ocupantes deve priorizar o respeito àqueles que, de fato, necessitam de moradia. O aspecto social, embora básico, não pode, entretanto, suplantir os complexos condicionantes ambientais daquela área. É grave a ameaça de contaminação do lençol freático. A degradação das áreas de chácaras do chamado bairro Vicente Pires, transformadas em loteamentos de classe média, já é uma ameaça ao Parque Nacional. A sua célebre água mineral não é mais potável.

A fragilidade do ecossistema do local invadido contra-indica a fixação definitiva da vila. O saneamento inexistente, a precariedade das construções de alvenaria feitas ao arrepio da técnica arquitetônica e o arruamento sem critério de urbanização comprovam que a transferência é a melhor solução.

O Distrito Federal apresenta uma grande vantagem em comparação com outras unidades da federação: é, ainda, detentor da titularidade de grandes glebas de terra. Portanto, o nosso planejamento urbano tem a obrigação de ser exemplar. A Câmara Legislativa deve considerar que o território do Distrito Federal tem que ser ocupado de forma ordenada, não podendo servir apenas como suporte de geração de renda fundiária, especulativa, pois sem capital nem trabalho. Não podemos, sobretudo como sociedade organizada, comprometer recursos naturais que serão imprescindíveis ao futuro de Brasília.

ALBERTO DE FARIA É MESTRE EM ARQUITETURA E PRESIDENTE DO CREA-DF